

“Vestir a camisola” – jornalismo desportivo e a selecção nacional de futebol

João Nuno Coelho

Escola Superior Artística do Porto

Resumo:

O processo de permanente construção e reconstrução da identidade nacional é aqui analisado nos discursos dos jornais desportivos sobre a selecção nacional de futebol, com especial destaque para a relação profunda que se tem vindo a estabelecer ao longo dos tempos entre os jornalistas desportivos e essa representação nacional. Defende-se que a forma como a maior parte dos ditos jornalistas “vestem a camisola” da selecção, proclamando a importância da mesma e a obrigação moral do patriotismo por parte dos jogadores, dos adeptos e de todos os intervenientes (chegando muitas vezes os produtores deste discurso a pôr em risco algum dos valores deontológicos elementares da sua profissão), é uma excelente demonstração da maneira como funciona o discurso e a cultura nacionalistas, sempre no sentido de afirmar e aprofundar a unidade e a defesa do interesse supremo da nação.

Palavras-chave:

Nação; Nacionalismo; Identidade; Futebol; Media; Jornalismo (desportivo); Desporto; Discurso; Cultura.

Introdução

A presente investigação surge na sequência do trabalho que tenho vindo a desenvolver, relacionando, sob diversas perspectivas, nacionalismo, futebol e media, com o objectivo de conhecer algumas das formas e processos de reprodução simbólica e ideológica da nação, no presente.

O interesse despertado pela omnipresença, centralidade e vitalidade social da nação e da identidade nacional, na modernidade e na vida de cada um de nós, assim como da sua poderosa capacidade de se reformularem e sobreviverem, num período em que tanto se discute e anuncia o fim do domínio do

Estado-nação como princípio político-social dominante, esteve na origem do meu trabalho nesta área de estudo, que iniciei com a tese de mestrado “Portugal, a equipa de todos nós: a reprodução simbólica da nação nos jornais desportivos portugueses” (depois transformada em livro pelas Edições Afrontamento, em Dezembro de 2001). Nessa tese, pretendi detectar e analisar algumas das retóricas dominantes presentes nas formações discursivas veiculadas pelos jornais desportivos ao longo das últimas décadas acerca da nação, a propósito de um fenómeno central na sociedade portuguesa, o futebol.

Continuo a encarar o meu estudo sobre identidade, futebol e os media como trabalho em progresso, pelo que tenho vindo a desenvolver diversas análises que procuram seguir pistas lançadas pela “investigação-mãe”, digamos assim. Num momento em que decorre o maior evento desportivo alguma vez realizado no nosso país, o EURO-2004, dedico agora especial atenção à relação privilegiada que se tem estabelecido ao longo dos tempos entre o jornalismo desportivo e a selecção nacional de futebol.

Pressupostos e objectivos da presente investigação

Parto para esta análise com um conjunto de pressupostos, quer teóricos, quer metodológicos, herdados, naturalmente, do trabalho por mim desenvolvido anteriormente.

Tal como sucedeu em *Portugal, a equipa de todos nós*, proponho-me levar a cabo uma “arqueologia” / análise de discursos dos media - mais especificamente dos três jornais desportivos diários portugueses (o produto escrito mais vendido em Portugal, com números diários que habitualmente atingem ou superam a casa dos 300 000 exemplares), e particularmente de “A Bola” (o mais famoso e lido jornal desportivo português), acerca da forma como se constrói a relação entre futebol e identidade nacional nestes jornais. Nesse sentido, dedico novamente especial atenção à cobertura jornalística da actividade da selecção nacional de futebol - o símbolo máximo da nação neste desporto / espectáculo / instituição social.

Como seria de esperar, parto igualmente dos resultados por mim obtidos até ao presente: a investigação tornou possível compreender que é através da linguagem e das práticas discursivas (a sintaxe, a organização da informação transmitida, a apresentação de símbolos e signos nacionais, etc.) e de um conjunto de discursos que se agrupam em narrativas de unidade e supremo interesse nacional e envolvem a (re)produção de caracteres e personalidades nacionais, mitos históricos fundadores, valores masculinos e marciais, estilos e estereótipos racionais que, em grande parte, se (re)imagina e reproduz hoje, quotidiana e banalmente, a nação e a identidade nacional, nos jornais desportivos .

Na presente investigação, continuo a ter como objectivo conhecer a forma como se constrói discursivamente a Nação nos jornais desportivos portugueses. A minha preocupação está agora centrada num ponto particular desta questão: a forma como é apresentada ao leitor da imprensa desportiva a relação do próprio jornalista desportivo/ produtor de textos com a equipa nacional de futebol.

A parcialidade como obrigação moral

A observação do universo da informação desportiva – não apenas nos jornais mas também nas transmissões de acontecimentos desportivos, quer na televisão, quer na rádio - demonstra que existem diversas formas dos jornalistas e comentadores desportivos se posicionarem perante o confronto de identidades sociais que qualquer acontecimento desportivo envolve. A competição desportiva proporciona a oposição entre representantes, mais ou menos directos, de nações, de regiões, de cidades, de zonas dentro de cidades – tanto ao nível individual como de clubes ou de selecções nacionais.

A forma como se transmitem estes acontecimentos está muito dependente do tipo de postura e de posição adoptadas pelo emissor da informação desportiva. Não seria necessária uma análise sistemática da imprensa para perceber que a posição dos jornalistas, quando está em causa uma representação nacional, é a tomada de partido declarada e óbvia a favor dessa representação. Esta parcialidade abertamente assumida, quantas vezes manifestada de forma espectacular e emocional, está exactamente nos antípodas da posição e postura dos mesmos jornalistas quando acompanham provas nacionais, envolvendo a competição entre atletas ou clubes portugueses. Neste último caso é procurada a imparcialidade e neutralidade (num esforço mais ou menos bem sucedido), que surgem como obrigações óbvias e indispensáveis. Quando essa imparcialidade não é conseguida ou respeitada, são muitas as vezes que se levantam, acusando e criticando a preferência demonstrada.

O oposto acontece quando estão em causa representações nacionais: nesse caso a parcialidade manifestada pelo jornalista é vista como uma espécie de obrigação moral – de patriotismo. “Palavras como ‘nós’ e ‘eles’, os ‘nossos’, são usadas sem qualquer problema e fazem parte de todo um conjunto de vocábulos que transmitem uma posição de favoritismo claro (o contrário seria duramente criticado pelos ouvintes, leitores, espectadores ‘nacionais’). O comentador torna-se mais um adepto entre muitos, já que o valor que se encontra em jogo é a nação” (Coelho, 2001: 65).

Nos discursos dominantes na imprensa desportiva, as equipas e atletas portugueses surgem como verdadeiros embaixadores de Portugal, cuja acção pode e deve colocar o país em posições de destaque na cena internacional,

na competição com outras nações. Este é um tipo de discurso nacionalista habitual na imprensa desportiva (como na generalista, aliás), segundo o qual a representação nacional é tida como o mais alto valor e interesse na prática desportiva competitiva. Isto redundava naquilo que Michael Billig denominou como o “empunhar” e “ondular” da bandeira nacional (Billig, 1995) por parte dos jornalistas envolvidos, um processo resultante do pressuposto tácito ou abertamente partilhado de que é o prestígio do país e dos portugueses que está em jogo em cada encontro desportivo internacional.

Com base na análise da imprensa desportiva, fica-se com a sensação de que, para a generalidade dos jornalistas desportivos, defender e honrar Portugal é o objectivo mais importante de qualquer participação em competições internacionais, missão que se estende à própria função de quem noticia e comenta as participações portuguesas nas referidas provas.

“Espera-se à partida que cada um cumpra o seu dever: os jogadores jogando e marcando, o público aplaudindo e incitando.” (Vitor Santos, 13 de Novembro de 1989)

“Que todos compreendam que a vitória de Portugal será a vitória de cada um e de todos.” (Domingos Lopes, “O Jogo”, 5 de Setembro de 1997)

“A equipa de todos nós”, a selecção portuguesa de futebol como símbolo de unidade nacional

No seguimento desta análise, e tendo em conta a popularidade do futebol no nosso país, não admira que, para a imprensa desportiva, a selecção nacional de futebol seja encarada como um dos grandes símbolos da nacionalidade. A seu propósito são fortemente produzidos os dois metadiscursos dominantes nos jornais desportivos acerca da identidade nacional: o do país como interesse supremo e o da unidade nacional.

São os próprios produtores deste discurso, os jornalistas desportivos, os primeiros a procurarem desenvolver a ligação entre o adepto e a equipa nacional. O jornalista trata de “vestir a camisola”, enquanto forma de lealdade e pertença a um colectivo, a uma comunidade. Assim, coloca-se a selecção nacional no “centro” da nação, enquanto símbolo de unidade. “A denominação ‘equipa de todos nós’ (criada nos anos vinte, por Ricardo Ornelas, jornalista e mentor da fundação da equipa nacional), que se tornou uma constante das coberturas mediáticas da actividade da selecção nacional de futebol, é, aliás, um exemplo extremamente elucidativo do supracitado ‘metadiscorso da unidade’ produzido pela imprensa desportiva sobre a selecção nacional de futebol” (Coelho, 2001: 76).

Prática habitual nas coberturas jornalísticas da actividade da selecção nacional é conceber o apoio à “equipa de todos nós” como parte integrante de um dever cívico mais vasto: o patriotismo. Se tal apoio não acontece (ou se o jornalista considera que não acontece) o descontentamento com o facto é expresso de forma contundente, por se considerar que está a falhar uma obrigação de todos, designadamente por se defender que não devem existir interesses conflituantes com a representação nacional. Num universo futebolístico cujas características levam à forte predominância de três clubes – Benfica, Sporting e Porto – é muitas vezes repetida pelos jornalistas desportivos a necessidade de colocar e situar a selecção nacional como o mais “alto interesse” e prioridade no futebol em Portugal, em detrimento do que são considerados interesses menores e subalternos (mas aos quais os adeptos portugueses parecem atribuir maior importância).

Assim, são também habituais os apelos dos produtores dos jornais desportivos para que exista um maior apoio popular à selecção nacional, uma verdadeira união de todos os adeptos à volta da equipa, que representa a nação.

“É preciso recuperar o espírito de Selecção, fazê-lo entrar no coração dos portugueses.(...) Porém, neste momento, é importante, imprescindível, haver uma ‘união de facto’ entre os portugueses e a Selecção Nacional. (...) É este o momento de tocar a reunir em torno da Selecção Nacional. (...) Naturalmente que só a vitória interessará à ‘equipa de todos nós’, cujo espírito, o sentimento, tem andado arredio do coração dos portugueses. A Selecção merecerá um voto de confiança, o técnico nacional é credor também do nosso apoio. Alguém será capaz de o negar num momento crucial como este? Ninguém de bom senso o admite.” (António de Sousa, “A Bola”, 5 de Setembro de 1997)

A selecção nacional de futebol em Portugal é um “projecto” que tem sido, ao longo dos tempos, especialmente defendido e acarinhado por um conjunto de jornalistas desportivos, muitos deles ligados ao jornal “A Bola”. Desde Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis, fundadores do jornal (e antigos seleccionadores nacionais de futebol), que os jornalistas da “Bíblia” do futebol português têm desempenhado um papel fundamental na popularização da representação nacional, promovendo a sua importância simbólica e função crucial no desenvolvimento do futebol luso.

Desde a sua fundação, em 1945, o jornal “A Bola” insiste na suprema importância da representação nacional e considera todos os outros interesses e dimensões do futebol luso como secundários em relação àquela. Este discurso, que se baseia na concepção da equipa nacional como interesse principal a defender no quadro geral do futebol português e na ideia de que tal não é

devidamente respeitado, transformar-se-á, nas décadas seguintes, no principal discurso produzido em “A Bola” sobre a selecção nacional de futebol.

“Lembro-me dessas horas de saudade, ao anúncio de jogo internacional, com a expectativa em redor do que Ricardo Ornelas lapidarmente definiu como ‘a equipa de todos nós’. Era enternecedor ver o carinho que rodeava a selecção. (...) Suspendiam-se torneios, fosse qual fosse a sua importância, na certeza inabalável de que a selecção estava antes de tudo.(...) Chamem-me saudosista. Hoje subestima-se o que deveria estar em primeiro lugar: a selecção, a nossa equipa. Deixemos florir a saudade.” (Silva Resende, “A Bola”, 5 de Outubro de 1961)

“...mas se existe no domínio dos factos um futebol internacional isso traz-nos a todos gravíssimas responsabilidades que não se podem alijar. Se há um futebol internacional a nível de países, importa que cada entusiasta, desde o espectador até ao jogador, seja aí bom cidadão.” (Silva Resende, “A Bola”, 18 de Abril de 1963)

Tal como acontece em relação aos jogadores que vestiam a camisola da selecção, considera-se que existe também a obrigação de manifestação de patriotismo por parte de quem assiste aos encontros – incluindo, naturalmente, os jornalistas –, todos juntos na mesma missão de grande responsabilidade: ser bom cidadão da nação.

Sabendo nós, como sabemos, que a actividade da selecção nacional foi quase sempre marcada por escasso protagonismo internacional, caracterizada por desaires consecutivos – pelo menos até aos anos oitenta, embora com uma importante excepção em 1966, no Mundial de Inglaterra – não surpreenderá que uma grande parte dos textos produzidos nos jornais desportivos acerca da equipa nacional abordasse as razões desta situação. O principal argumento para justificar este comportamento desportivo quase sempre sofrível passa pela “falta de empenhamento de vários intervenientes do futebol português, reproduzindo os dois metadiscursos fundamentais do discurso nacionalista que já tive oportunidade de referir, aqui na sua vertente negativa: a falta de união à volta da representação nacional e a não assunção da importância suprema de tal representação”. (Coelho, 2001: 131)

“...clubites capazes de afectarem a representação nacional com orgulhosas prioridades de clã em paralelo com um interesse ou orgulho geral, que não é muito da nossa vocação actual...” (Vítor Santos, “A Bola”, 8 de Julho de 1973)

Futebol e política: a excepção 25 de Abril

Apesar de ser habitual encontrarmos nos jornais desportivos – e particularmente em “A Bola” – uma postura editorial que defende intransigentemente a “separação das águas” entre política e futebol, facilmente percebemos que essa postura é do domínio discursivo. Ao contribuírem de forma tão clara para uma retórica nacionalista – como temos estado a perceber pelos textos analisados –, os jornalistas de “A Bola” entram obviamente no campo do político. A não ser que consideremos uma concepção reducionista deste termo ou que pensemos que a realidade se pode compartimentar de forma estanque, com cada sector da vida social independente dos outros. No caso do futebol, um fenómeno de massas à escala planetária, envolvendo interesses e relações de quase todo o tipo, ainda mais frágil será este tipo de argumentação. Atentemos, a propósito, na forma como o discurso que visa a identificação entre o país e a selecção nacional apenas sofreu alterações relevantes no período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974, altura em que se assistiu a uma clara inversão discursiva, em “A Bola”:

“FOI PORTUGAL QUE ESTEVE EM WEMBLEY? Voltamos ao ‘tudo está bem quando o futebol está bem’? O que interessa ao futebol interessa ao País?...(...) Vira-se agora o feitiço contra o feiticeiro e é agora a Imprensa Desportiva que tem de pôr água, em vez de gasolina, na fervura? A antiga gasolina que tanto incendiou o País futebolístico que éramos, o País que ‘queria era futebol’? E talvez a Imprensa Desportiva esteja agora habilitada a ver mais claro a situação, porque por demais esteve dentro do mal durante tantos anos... Talvez o nosso saber de (más) experiências feito nos permita agora uma lucidez maior e o esclarecimento necessário para não tornar a embarcar no mesmo barco, por mais bonançosa que se nos afigure a viagem. A responsabilidade da Imprensa Desportiva vai até ao ponto de ter sido ela a difundir e a consagrar esta prática de tratar as selecções pelo pátrio nome...(...) Na verdade, a selecção não representa Portugal, representa o futebol português, representa a Federação Portuguesa de Futebol. (...) Mesmo com quinas, mesmo com hino, não representa. O País é uma coisa muito grande e muito importante e a sua representação só pode ser confiada em casos muito especiais. (...)...a honra de um país não está numa bola de futebol.(...) (Carlos Pinhão, “A Bola”, 23 de Outubro de 1974)

Esta assunção de culpa de “A Bola” por ter contribuído durante o Estado Novo para um país que o que “queria era futebol”, essa “má experiência” que foi “estar dentro do mal durante tantos anos”, parece apontar para uma convivência com os interesses do regime totalitário na defesa de um “certo”

Portugal. Interessante também é a defesa clara da ideia de que a representação do país é demasiado importante para poder estar a cargo de uma equipa de futebol, numa variação das habituais retóricas do discurso nacionalista.

No entanto, esta inversão discursiva duraria pouco, e passado o tempo do entusiasmo revolucionário rapidamente se voltou à identificação selecção-nação nas páginas de “A Bola”, como na generalidade dos jornais desportivos e não só. Repare-se na passagem retirada de um texto do mesmo Carlos Pinhão, cerca de dez anos volvidos:

“...o acontecimento foi saudado, celebrado, vitoriado, de norte a sul do País, com uma alegria e um entusiasmo sem paralelo, desde há muitas décadas, na vida e no comportamento do Povo. (...) Por muito que isso possa desagradar aos cultores dos ‘valores mais altos’, o Povo, que é quem demarca os limites em que se movem ou em que se fixam aqueles que ele próprio decidiu honrar e celebrar como tais, foi assim mesmo que lhes chamou: heróis!” (Carlos Pinhão, “A Bola”, 23 de Novembro de 1983)

Em nome de Portugal

Naturalmente, não pretendo afirmar que este tipo de discurso nacionalista nos jornais desportivos (e nos media, em geral) é um exclusivo português. Sabemos que não é assim. “As interpretações dos media revelam uma congruência enorme em termos de conservadorismo e etnocentrismo ao serviço da ideologia do Estado. Isto resulta nas formas de nacionalismo aberto e óbvio que tivemos oportunidade de testemunhar. Claro que os processos e práticas discursivas de reprodução e manutenção deste *status quo* não são próprios do jornalismo desportivo português. O’Donnel (1993) classifica a imprensa desportiva europeia como extremamente conservadora, numa altura em que se pensaria que fenómenos como a globalização e a localização pudessem estar a tomar conta das agendas e das mentalidades” (Coelho, 2001: 82)

Será interessante, aliás, fazer um paralelismo com o que acontece, por exemplo, em Inglaterra ao nível da imprensa desportiva. Stephen Wagg, na sua análise sobre os discursos da imprensa popular britânica sobre a selecção inglesa de futebol, escreve: “Os nomes e as caras mudam, mas a mensagem fundamental não: se a Inglaterra, que inventou e exportou o jogo, é derrotada, então é porque o homem que está encarregue da equipa inglesa não está a fazer o seu trabalho correctamente e deve ser substituído.” (Wagg, 1995: 1).

Também os discursos dominantes de “A Bola” – como da generalidade dos jornais desportivos portugueses – sobre a selecção portuguesa de futebol, ao longo de muitas décadas, se subordinam a uma mensagem geral, que já tivemos oportunidade de analisar: se a equipa portuguesa não alcança na maior parte

das situações um nível desportivo e competitivo de que os portugueses se possam orgulhar e que a história de Portugal justifica (segundo estes discursos), é porque não lhe é atribuída a importância e apoio que uma representação nacional no futebol merece. A união e o patriotismo dos portugueses em geral, e dos intervenientes no universo do futebol em Portugal em particular, são quase sempre considerados insuficientes para a defesa do prestígio do futebol português.

“Uma selecção nacional que caiu no deplorável mas inevitável destino de quase todas as selecções nacionais de todos os tempos, quanto à descrença e falta de sentir por parte do público...” (Cruz dos Santos, 28 de Outubro de 1977)

‘EQUIPA DE TODOS NÓS’ OU ‘SELECÇÃO DE NINGUÉM’? (Vitor Santos, 15 de Outubro de 1981)

“Pensámos no clube dos nossos amores, em prejuízo do ‘Clube Portugal’. Está-nos no sangue... (...) ... o mais importante, o clube chamado Selecção.” (Joaquim Rita, 4 de Junho de 1984)

O que torna o caso português particularmente interessante é o facto de os jornalistas desportivos procurarem também eles desempenhar um papel activo no apoio à actividade e sucesso da selecção nacional, designadamente na procura de uma maior unidade nacional à volta da equipa. São os próprios jornalistas dos jornais desportivos portugueses que assumem pessoalmente esta missão. Por exemplo, durante a fase final do Campeonato da Europa de futebol, em 2000, foram vários os jornalistas a proclamar o propósito (“auto-imposto”) de calar determinados aspectos negativos relacionados com a selecção nacional como maneira de contribuírem para o sucesso da equipa e para o prestígio do país. No fundo, assumindo uma forma de “auto-censura”, com o objectivo de “remarmos todos para o mesmo lado...”, traduzindo a ideia, mil vezes difundida, de que a selecção enquanto símbolo nacional representa um interesse supremo.

“A Selecção portuguesa é, de todas as selecções presentes neste Europeu que decorre na Holanda e na Bélgica, a que pior convive com a comunicação social.(...) O que está a passar-se é vergonhoso e contraria em alguns aspectos as determinações da própria UEFA. Não vamos, para já, dar muito ênfase ao assunto na esperança de que as coisas mudem. A Selecção Nacional, quer alguns queiram quer não, vai continuar a ser de todos nós e eu próprio continuarei no rumo que desde Chaves defini: também estou aqui para ganhar e apoiar ao máximo este grupo de jogadores magníficos.(...) Campeões Europeus seremos, mesmo com originalidades que já não se usam.” (João Freitas, “A Bola”, 19 de Junho de 2000)

O discurso presente neste texto, que é comum noutras coberturas jornalísticas da vida da selecção nacional – designadamente durante a fase final do campeonato da Europa de França (1984) ou a propósito do famoso “Caso Saltillo”, no Mundial do México (1986) – confirma o fenómeno que tenho vindo a analisar: a selecção nacional de futebol enquanto projecto defendido e apoiado pelos jornalistas desportivos, com destaque para os de “A Bola”.

Esta situação voltou a repetir-se durante o recente Campeonato do Mundo do Japão/Coreia do Sul (2002), no qual a selecção nacional viveu graves problemas disciplinares, envolvendo técnicos, dirigentes e jogadores, sem que os media divulgassem muitos dos acontecimentos registados, em nome da importância da representação nacional e do prestígio do país além-fronteiras.

No final da participação portuguesa na prova, a própria Federação Portuguesa de Futebol viria a público agradecer aos jornalistas presentes no Mundial, considerando que “os órgãos de comunicação social, tendo conhecimento diário destas questões decidiram e bem não as publicar, já que isso traria um ambiente de instabilidade à Selecção Nacional” (“A Bola”, 30 de Junho de 2002).

A reacção de “A Bola”, através de um artigo do seu chefe de redacção, António Magalhães, foi significativa: “Não me custa a admitir que os jornalistas portugueses até tenham vestido a camisola em determinados momentos do Mundial. Estar num estádio da Coreia, ouvir o hino e a seguir ver 11 portugueses a lutar por uma vitória que pode prestigiar o futebol português e o país não deixará seguramente insensível o jornalista mais tarimbado nestas andanças e por estas emoções. Mas já me recuso a aceitar que os jornalistas, para lá do natural desejo de verem o seu país vencer, possam entrar em jogos de faz de conta e escondam aquilo que alimenta a sua profissão: a notícia.” (António Magalhães, “A Bola”, 30 de Junho de 2002).

No entanto, perante a catadupa de informações que surgiram no pós-Mundial, dando conta de situações muito graves vividas na comitiva portuguesa – que incluíram uma guerra aberta entre dirigentes, treinadores e jogadores, conflitos sobre o local de estágio, misteriosos passeios e saídas nocturnas em Macau, presenças femininas no hotel da equipa, superstições impostas aos jogadores, reclamação por parte destes de prémios de jogo livres de impostos, problemas disciplinares, etc., etc., parece realmente muito estranho que nem uma simples notícia deste teor tenha surgido nas páginas de “A Bola”, antes e durante a competição, até à eliminação da equipa portuguesa.

Depois do “escândalo” rebentar, após a eliminação da equipa e de várias vozes se levantarem contra o silêncio anterior dos jornalistas presentes no Oriente – Arnaldo Saraiva chegou a afirmar no “Diário de Notícias” (16 de Junho de 2002) que “os jornalistas desportivos é que se deviam demitir” –, estes argumentaram em sua defesa que não haviam tido acesso à informação,

por estarem longe dos jogadores e dos outros protagonistas da comitiva oficial. Mas tendo em conta a dimensão do problema – com muitos pormenores a serem depois “publicados” – ninguém pode acreditar que não havia pelo menos razões para investigação jornalística. Claramente, existiu um esforço dos jornalistas para não criarem ainda maior instabilidade na instável comitiva portuguesa, em nome do “bem comum”. E a provar isso mesmo, alguns exemplos de auto-crítica surgiram em diversos textos, para quem os quis ler.

“Agora sabe-se tudo! E, por isso, uma pergunta tem de se colocar: porque é que só depois da derrota com a Coreia do Sul se abriu o livro das críticas? Quem cala consente e não restam dúvidas de que muitos consentiram, pelo silêncio, deixando passar a denúncia sempre por debaixo da mesa, nunca provocando o debate sério e porventura capaz da mudança.” (Carlos Rias, “A Bola”, 18 de Junho de 2002)

Já durante o ano de 2003, a propósito da polémica levantada por determinadas decisões do Seleccionador Nacional Luís Filipe Scolari, foi comum ler-se nos jornais desportivos que, por muito que se discordasse das decisões em causa, e inclusive da escolha do treinador brasileiro para ocupar o cargo em questão, o importante era apoiar a sua acção no sentido de que o nome do país saísse engrandecido do verdadeiro “desígnio nacional” que constitui o Campeonato da Europa de 2004, disputado em Portugal.

Aconteceu mesmo que, perante alguns sinais de dúvida sobre o valor da equipa nacional para enfrentar a prova com perspectivas optimistas, o que poderia implicar uma menor capacidade de atrair o apoio massivo do país, alguns jornalistas e comentadores reiteraram a importância de apoiar a equipa nacional sem reticências e de novo se voltou a falar do papel do jornalista desportivo nesta questão:

“Não adianta esperar que os jornalistas portugueses desempenhem, sozinhos, uma missão patriótica de envolvimento e de mobilização geral. Por muito militantes que sejam os jornalistas no apoio à Selecção – e são; por muito interessados que estejam que o Euro-2004 seja um grande sucesso desportivo – estão; a verdade é que o sentimento de confiança e o espírito de festa só existirão se a Selecção for de novo aceite como uma referência emblemática da melhor forma de ser português.” (Vitor Serpa, “A Bola”, 20 de Novembro de 2003)

Uma dada cultura de nacionalismo

A intenção desta análise não é acusar os jornalistas desportivos de um qualquer tipo de acção política ou de manipulação dos processos sociais.

Embora o discurso dominante nos jornais desportivos acerca da identidade nacional seja profundamente nacionalista, conservador e diacrónico – as narrativas e metanarrativas da nação presentes em “A Bola” ao longo de cinquenta anos possuem lógicas e continuidades temáticas assinaláveis – isso não significa que exista algum tipo de acção colectiva preconcebida.

Acima de tudo, o nacionalismo é uma forma de atribuição de sentido ao mundo, uma versão da realidade, que estabelece claramente uma forma de conceber a identidade nacional, legitimando a nação como a forma “natural” de viver em conjunto. “A construção de uma identidade nacional é, simultaneamente, a construção do discurso do que é a nação.” (Capinha, 1997: 109)

Este é um processo eminentemente cultural, que atravessa gerações, sistemas políticos e sociais. Apesar de muitos dos jornalistas de “A Bola” terem, reconhecidamente, simpatias para com a “esquerda” que lutou contra o regime salazarista, isso não impediu que sempre defendessem a importância da selecção para o prestígio do país, mesmo que tal beneficiasse claramente o regime totalitário. O poder da nação e da identidade nacional está exactamente nessa capacidade de apagar as diferenças (e as desigualdades...), construindo uma unidade profundamente hegemónica, na escala das emoções e dos sentimentos. Ora, o futebol proporciona um campo privilegiado para este processo quase sempre banal, quotidiano, permanente.

O nacionalismo diário e repetido, rotineiro e quotidiano que encontramos nos discursos dos jornais desportivos é uma forma de ler e ver, de compreender e de tomar algo como certo, sem que tenhamos a noção do carácter construído, cultural e ideológico dessa percepção e concepção. Porque é uma forma de ver e sentir mas também de pensar e fazer. Por isso, “qualquer prática de construção da identidade se integra num contexto histórico determinado, sempre longo, porque, apesar desta construção se fazer através de práticas e discursos particulares, qualquer texto específico tem que ser inserido numa formação social mais vasta, cuja mudança é mais lenta. Também os discursos dominantes acerca da dimensão nacional, sejam eles produzidos nos media ou noutros locais e instituições, a propósito do futebol ou de outras actividades sociais, estão sempre incluídos em contextos e formações discursivas mais vastas, próprias de determinados períodos e condições históricas”. (Coelho, 2001: 206)

Não surpreende, portanto, que os discursos acerca da nação e da identidade nacional nos jornais desportivos portugueses não sejam muito diferentes do que eram há quarenta ou cinquenta anos atrás, sempre produzidos no sentido de defender e promover a importância de bem representar e apoiar as representações nacionais, mesmo pela própria acção do jornalista, que afinal de contas se vê a si próprio como estando no “mesmo barco” de todos os portugueses.

Conclusão

Quando os jornalistas “tomam partido” de forma clara pelas equipas portuguesas na competição internacional, ou quando estabelecem o país e a sua representação como valor máximo da prática desportiva competitiva, estão a pôr em prática aquilo que faz parte da cultura dominante no seu jornal, na sua profissão e também na sociedade abrangente. Com isso estão, muitas vezes sem disso terem consciência, a contribuir para um processo socialmente crucial: o da construção da identidade nacional num determinado sentido, que privilegia a unidade e o interesse nacional em detrimento de outras dimensões sociais.

Ao “vestirem a camisola” da selecção nacional, promovendo o envolvimento popular à volta da equipa, não divulgando muitas vezes notícias que poderiam ser prejudiciais a esse envolvimento, estão a “ondular” constantemente a bandeira nacional, embora ao mesmo tempo produzam com regularidade discursos que insistem na recusa liminar de qualquer tipo de “contaminação” ideológica do desporto e do futebol em particular.

A enorme popularidade e visibilidade dos jornais desportivos – muito superior à de qualquer outro “objecto” escrito em Portugal – apenas faz aumentar a importância destes processos sociais. São fenómenos como o discurso nacionalista nos jornais desportivos que contribuem para que nunca esqueçamos a nação, a identidade nacional. Não tenhamos dúvidas de que os discursos dominantes sobre a nação nos jornais desportivos se integra, numa dada forma de ver o mundo, de lhe dar sentido e de o reproduzir. Dificilmente poderemos dizer se esta é melhor ou pior do que outras. Não me cabe a mim fazê-lo. Mas também não tenho dúvidas de que a subordinação constante de outras formas de subjectividade à lealdade perante a nação – típica da modernidade – encerra uma forte limitação da nossa construção da identidade pessoal a uma linguagem de sangue e nação.

Referências Bibliográficas

- Billig, M. (1995), *Banal Nationalism*, Londres: Sage.
- Capinha, G. (1997), Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, Coimbra: CES.
- Coelho, J. N. (2001), *Portugal, a Equipa de todos nós: Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto: Afrontamento.
- Wagg, S. (1995); *Giving the Game Away, Football, Politics and Culture on Five Continents*, Leicester: Leicester University Press.
- “A Bola”
- “Diário de Notícias”
- “O Jogo”